



**REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº \_\_\_\_\_, DE 2019**

(Do Sr. ALIEL MACHADO)

Requer informações ao Ministro da Economia acerca do anúncio de privatização da SERPRO.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no § 2º do art. 50 da Constituição Federal e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que sejam solicitadas as seguintes informações ao Ministro da Economia:

É prudente o Estado se desfazer de empresas que estão em plena saúde financeira? E como é que, na condição de empresa privatizada, o Estado iria manter o atendimento dos serviços ao cidadão supondo que a situação de inadimplência pode voltar a se repetir?

Há casos em que sistemas que foram desenvolvidos fora da empresa, ao serem entregues, não atendiam aos propósitos que se propunham causando situações prejudiciais ao Estado por conta de prazos e outras exigências legais. Ainda, é sabido que softwares personalizados estão entre os tipos de produtos que estão sujeitos aos mais diversos problemas, destacando-se entre eles o superfaturamento de projetos. Sem a experiência de profissionais especializados no negócio, e também tecnicamente, a dificuldade de mensurar e gerir estes projetos é ainda maior. Como o governo pretende resolver essa questão sem estas empresas públicas? O atual governo possui uma estratégia real para um Governo Digital ou é apenas mais uma peça de propaganda?

O SERPRO possui Centros de Dados, Redes de Dados e uma série de outras infraestruturas que permitem conectar órgãos da administração pública

---



de forma sigilosa por todo o território nacional. Esta infraestrutura, quando administrada por estas empresas, permite um nível de reaproveitamento que lhe confere uma otimização do uso ao mesmo tempo em que garante níveis altíssimos de qualidade dos serviços, ainda mais agora com o uso ampliado de nuvem computacional. Sendo assim, o governo possui um plano claro para a migração desses serviços de forma eficiente tecnicamente e economicamente? Porque é que se pretende trocar uma estrutura hoje funcional e confiável por outra duvidosa?

Para os casos em que a iniciativa privada não cumprir com os deveres previstos na legislação, em especial agora com a Lei Geral de Proteção de Dados, e com demais exigências que a sociedade vir a fazer, como é que o governo pretende lidar com estas situações? Que garantias o governo dará ao cidadão que hoje tem lei de acesso à informação, legislação pertinente e uma série de outros instrumentos da democracia a seu favor?

### **JUSTIFICAÇÃO**

Considerando que a proteção de dados pessoais tem como base valores fundamentais previstos pela nossa constituição, como o respeito à privacidade; à autodeterminação informativa; à liberdade de expressão, de informação, de comunicação e de opinião; à inviolabilidade da intimidade, da honra e da imagem; ao desenvolvimento econômico e tecnológico e a inovação; à livre iniciativa, livre concorrência e defesa do consumidor e aos direitos humanos liberdade e dignidade das pessoas;

Considerando que o SERPRO, há mais de 50 anos processa dados dos cidadãos, respeitando direitos e lidando com informações de alto nível de sigilo, como por exemplo: dados de Imposto de Renda de Pessoas Físicas e Jurídicas; dados relacionados aos CPFs e CNPJs; Carteira de Motorista; operações de importação, exportação e controle portuário; passaportes; programas sociais e repasses federais; registro de veículos em todo o país, bem como dados de furtos e roubos relacionados; dados da Agência Brasileira de Inteligência, da Presidência da República, dos Ministérios e uma série de outros

---



órgãos da Administração Pública Direta. Importante destacar ainda contribuições históricas à democracia como o desenvolvimento inicial da urna eletrônica, do Porto Sem Papel, do intenso uso do software livre proporcionando ao Estado redução gigantesca de gastos com licenças de software além de independência para com fornecedores;

Considerando que, como é sabido, existe um amplo mercado informal e ilegal de dados pessoais. Não é raro nos depararmos com casos de vazamentos de gigantescas bases de dados, até mesmo de instituições do setor financeiro. No caso do Serpro, esta empresa possui uma história de excelência técnica, de credibilidade e de seriedade na missão de guardar essas informações. E por ser empresa pública, ela tem compromissos e deveres para com a sociedade. Esta submetida aos princípios da administração pública: Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência, e ainda submetidas à lei da transparência e a lei de acesso à informação.

Considerando a importância do SERPRO para a estratégia de Governo Digital, é necessidade de toda organização otimizar recursos e inovar, e com o Estado Brasileiro isso não é diferente. E é neste momento em que vivemos, tempos de inteligência artificial, big data e internet das coisas, que o conhecimento acumulado nestas empresas, em mais de 50 anos de atividade, faz total diferença. Pelas redes, computadores e sistemas do Serpro passam praticamente todas as informações estruturantes do Estado. As pessoas que nesta empresa trabalha conhecem detalhes do Estado em um nível que certamente poucos brasileiros podem imaginar. E o conhecimento é matéria-prima fundamental para o desenvolvimento e a inovação. Quando associado à competência técnica, garantem a eficiência nos projetos e a efetividade nas soluções.

Considerando que o SERPRO desenvolve soluções tão capazes quanto aquelas colocadas à venda por gigantes multinacionais. E se por um lado, o câmbio é bastante desfavorável para a compra destas soluções, por outro deixa o Estado Brasileiro ainda mais dependente destas empresas estrangeiras. Com os softwares desenvolvidos pelas empresas públicas é possível resolver

---



problemas comuns em muitos órgãos do Estado, desde a esfera federal até a esfera municipal, incluindo ainda embaixadas em fronteiras internacionais. E para apresentar soluções inovadoras, não basta apenas conhecer da tecnologia, é preciso também conhecer do negócio, é nesse aspecto que estas empresas se diferenciam.

Considerando que o SERPRO é organização tida como modelo de gestão dentro do Estado Brasileiro, por isso, não é mera coincidência ela estar em todos os anos nas listas de revistas especializadas do tema. Mas, por ser empresa intimamente ligada ao funcionamento do Estado e ter por objeto social o atendimento prioritário de sistemas estruturantes (muito específicos da administração pública brasileira), acabam também dependendo diretamente da disponibilidade financeira da administração pública. Nesse sentido, quando o orçamento público não possui disponibilidade para investimentos, a empresa acaba tendo poucas saídas à disposição. É preciso reconhecer o esforço que se faz em desacoplar parte das soluções visando reaproveitá-las e revendê-las em outros cenários, porém, a maioria dos grandes sistemas desenvolvidos por esta empresa são soluções específicas para problemas específicos do Estado Brasileiro.

Considerando que o então Presidente do SERPRO, Sr. Caio Paes de Andrade, vem fazendo declarações que apontam como saída para a falta de orçamento a privatização. Em declaração recente ao Valor Econômico ele diz explicitamente que vê *"a privatização como único caminho possível à empresa para conseguir os investimentos necessários ao desenvolvimento de novos produtos e ganhar novos clientes no mercado privado"*.

Considerando que no caso do SERPRO parece improvável que investidores queiram arriscar seus capitais em uma empresa que têm como foco prioritário o atendimento de sistemas estruturantes da administração pública.

Considerando, por fim, que nos últimos o SERPRO apresenta resultados financeiros positivos, muito por conta do pagamento de dívidas atrasadas, o que as retira da situação de deficitárias e dependentes, torna-se

---



## **CÂMARA DOS DEPUTADOS**

imperiosa, por parte de Vossa Excelência, a resposta ao presente requerimento de informações.

Sala das Sessões, em 09 de Outubro de 2019.

**Deputado ALIEL MACHADO**

---